

O Índio na Imaginação Nacional da América Latina¹

Cristhian T. da Silva²

Apresentação

O tema que escolhi discutir nesta ocasião coincide com o conteúdo de uma disciplina ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/CEPPAC) sobre “Pensamento Social e Político na América Latina”, cujo enfoque é dado sobre o indigenismo na qualidade de uma filosofia social do colonialismo (Miguel Bartolomé e Scott Robinson, 1981), que se encontra diversamente disseminado em praticamente todos os países do continente americano.

As discussões nessa disciplina constituem, portanto, a principal motivação para pensar o “índio” na imaginação nacional da América Latina em perspectiva comparada.

O “índio”, os indigenismos e a imaginação nacional

As definições de “índio” e “indigenismo” são inúmeras e, por vezes, contraditórias. Eleger uma definição para cada um desses termos costuma acarretar, para quem as empregam, críticas igualmente diversas a respeito do modo insuficiente ou incompleto como cada definição abarca a experiência colonial dos povos indígenas.

É, portanto, na qualidade de um estereótipo colonial (Bhabha, 2005) que devemos empregar e analisar o termo “índio” e seus supostos sinônimos: “primitivo”, “bárbaro”, “selvagem”, “silvícola”, “nômade”, para não falar em outros que lhe servem de adjetivos como “aculturado”, “integrado”, “isolado”, “aldeado”, “tutelado”, “bravo”, “manso” etc. (para um dicionário conciso sobre termos preconceituosos aplicados a povos indígenas ver Ramos, 1998. Para um ensaio sobre a ancestralidade das noções de selvageria e barbárie ver Woortmann, 1997)

1 Comunicação elaborada para o evento “Semanas Latinas: Arte, identidade e cosmovisão indígena”, realizada pela Casa da Cultura da América Latina da UnB, pelo Memorial dos Povos Indígenas e as
2 Professor Adjunto, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), Universidade de Brasília (UnB).

Estudiosos das relações interétnicas, raciais e coloniais têm debatido a eficácia perlocucionária desses estereótipos na estruturação e mal-formação de identidades e consciências indígenas, negras, misturadas, dentre outras, consideradas minoritárias e contra-hegemônicas às identidades nacionais. Isso tem resultado em uma crescente bibliografia acerca das etnicidades e subalternidades de sociedades excluídas e marginalizadas nas Américas em oposição às práticas assimilacionistas dos Estados secularmente etnocráticos. Nesse sentido, a nova onda de constitucionalismo multicultural que cobriu diversos países latino-americanos ainda está longe de instaurar novas práticas e instituições que lidem adequadamente com a diversidade étnica e cultural dos países da região.

Penso ser importante considerar esta nova literatura crítica e politicamente engajada, assim como as novas constituições e normatizações infraconstitucionais e acordos internacionais como uma face maquiada do ideário arcaico de imagens, representações e discursos sobre o "índio" e seus territórios, que se consolidou com as sucessivas experiências de colonização nas Américas até a recente formação dos Estados latino-americanos. Esse ideário arcaico foi definido e se estabilizou sob o termo "indigenismo", muitas vezes associado ou confundido com o "indianismo", de maior expressão nas literaturas latino-americanas e que precedeu aquele em países como México, Peru e Brasil, como narrativa de representação da singularidade nacional a partir da alteridade indígena ancestral e, por que não dizer, considerada arqueológica ou pretérita.

Nesses termos, o que aproxima "indianismos" de "indigenismos" são precisamente os "ismos" que se justapõem aos "índios" na invenção de uma vinculação simbólica a processos de construção nacional e formação dos Estados latino-americanos. Este seminário propõe acompanhar as metamorfoses do indigenismo/indianismo em

perspectiva comparada com o intuito de provocar uma maior compreensão das variadas formas de expressão do pensamento social e político na América Latina (os americanismos), avaliando até que ponto as transformações no modo como "índios" são pensados e tratados traduzem rupturas ou continuidades de nossos países com seu passado colonial.

O percurso de imagens e idéias que apresentarei a seguir não passará de um roteiro de investigação e, desse modo, não pretende ser profundo, nem exaustivo. Minha intenção é insinuar, mais do que tentar convencer (e é Jorge Luís Borges quem nos lembra que a insinuação é sempre mais forte que o convencimento), que o "índio" na imaginação nacional é um arquétipo profundo de nossas identidades, cumprindo, desse modo, uma função mítica na configuração de nossas auto-imagens e ideologias nacionalistas. Para o futuro deixo a tarefa de elaborar abordagens mais rigorosas a essa insinuação que, por hora, visa contribuir para nos fazer pensar sobre as contradições que impomos aos índios como pessoas, povos e culturas.

O índio como imagem-nação

Uma forma de acompanharmos os movimentos da imaginação e do pensamento social e político na América Latina com relação ao "índio" é interpretá-lo como uma imagem-nação. Essa noção, que pode ser adensada se comparada com a noção de arquétipo da psicologia analítica junguiana, visa reconhecer imagens primordiais e inconscientes presentes nos projetos estatais de construção nacional.

As imagens-nação diferem dos símbolos nacionais em função do caráter oficializado desses, o que lhes confere um caráter simbólico para falar segundo a semiótica de Pierce, em contraste com o caráter naturalizado das imagens-nação que resultam de um caráter icônico segundo a terminologia pierceana. Daí a necessidade de elaborarmos um conceito próprio para designar esse conjunto de coisas consideradas

nacionalmente naturais (a natureza, a paisagem, o território, a população etc.) daquele outro conjunto de coisas consideradas como naturalmente nacionais (o hino, a bandeira, o Estado etc.), i.e., para distinguir as coisas que fazem parte do imaginário nacional sem necessariamente fazerem parte da simbologia oficial/estatal sobre a nação.

O "Índio" como imagem-nação possibilita apreendermos a recorrência e variação dos usos de representações especificamente feitas sobre pessoas e grupos como reflexo de uma tradição inventada (Hobsbawn e Ranger, 2012), ou seja, como uma prática elaborada e atualizada propositalmente com o objetivo de consubstanciar imagens e representações generalizadas da nação como um todo homogêneo e soberano em oposição, no caso, à heterogeneidade indígena e suas concepções de convivência interétnica.

O "Índio" como imagem-nação na América Latina (e talvez da "América Latina" em outros contextos) pode ser etnografado a partir das várias tradições inventadas para sua apreensão como ícones nacionais e também para seu tratamento como força de trabalho nacional. Aliás, é pela combinação dos modos como índios são imaginados com culturas esteticamente valorizadas - de um lado - e explorados como pessoas e povos politicamente subordinados - por outro, que encontramos o campo empírico para a comparação dos indigenismos latino-americanos.

Sendo assim vejamos, primeiro, os contornos de algumas tradições indigenistas nacionais para, em seguida apontarmos como o "Índio" tem sido imaginado dentro delas. O objetivo desse exercício é compreender um pouco mais sobre os modos violentos pelos quais os povos indígenas e suas culturas tem sido incorporados oficialmente à nação.

Tradições indigenistas latino-americanas: Um roteiro

Pretendo apenas pontuar os contornos de diferentes tradições indigenistas na América Latina. A idéia é sugerir uma nova cartografia da região em termos indigenistas,

revisando as fronteiras nacionais e transpondo diferenças linguísticas à luz dos estilos que diferentes Estados e governos adotaram para a representação e tratamento dos “índios”, assim como para a integração econômica e política da nação.

É desnecessário dizer que qualquer esforço comparativo sempre implicará certo grau de simplificação dos casos tratados. Entretanto, cabe lembrar que o exercício comparativo se justifica pelo potencial de generalização advindo dos casos e não da particularização de cada caso.

Dito isso, comecemos pelo reconhecimento de três tradições, todas elas inseridas em um mesmo paradigma integracionista engendrado nos séculos XIX e XX, ainda que herdeiro de práticas e noções coloniais anteriores. Seriam elas: 1) Indigenismo Militar; 2) Indigenismo Arqueológico; e 3) Indigenismo Educacional. Esses títulos são, evidentemente, provisórios e experimentais.

Cada uma dessas tradições engendrou mecanismos e métodos próprios, segundo definições particulares de “índio”, de nação e de índios na nação, para a integração das populações indígenas aos respectivos Estados nacionais em formação. Cabe dizer que cada um desses indigenismos estabeleceu relações igualmente particulares com disciplinas científicas e humanísticas, notadamente a antropologia, a arqueologia, a geografia, a história e a literatura, para a racionalização de suas abordagens e representações do “índio”.

O fato de podermos divisar os contornos gerais de cada uma dessas tradições não significa que o seu conteúdo (representações, práticas etc.) seja excludente ou inexistente nos demais. Pelo contrário, essas tradições talvez sejam mais representativas de um *continuum* observável nos processos de construção nacional de um mesmo país e entre diferentes países, uma vez que tradições são dadas a mudanças e intercâmbios, do que tipos estáticos e homogêneos que definem as políticas indigenistas de países como um

todo.

Entretanto, a utilidade dessa diferenciação consiste em podermos interpretar por meio dela diferentes processos de construção nacional tendo em vista o período de consolidação de estados independentes na América Latina, criando assim variações concomitantes de um mesmo tema.

Sob o "Indigenismo Militar", por exemplo, podemos reconhecer a semelhança dos processos de construção nacional e formação do estado em detrimento das populações indígenas na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (na qual pode ser incluída ainda a experiência estadunidense). Em cada um desses países foi notória a participação de militares e milícias de particulares no genocídio de populações indígenas, apoiados em representações depreciativas dos índios como "selvagens", "bárbaros", "canibais" ou "primitivos".

Esses estereótipos encontram ressonância principalmente sobre sociedades indígenas de pequena escala para as quais não se atribuem capacidade de organização política própria (as chamadas "sociedades sem Estado", ver Clastres 1990).

Nesses países, o indigenismo também pode ser caracterizado como um empreendimento criador de espaços nacionais sobre territórios indígenas. São conhecidas as guerras e marchas dos estados independentes em direção a espaços imaginados como "vazios", "desérticos" e "atrasados", normalmente habitados milenarmente por povos indígenas que foram submetidos em períodos coloniais a sucessivas formas de exploração, aculturação e miscigenação. O Indigenismo Militar pode ser definido assim como um mecanismo de "desindianização" do território e das culturas locais. Suas principais táticas e métodos de (des)integração dos índios são herdeiros do período colonial: descimentos, aldeamentos, massacres, conversão religiosa, trabalho braçal etc.

No cenário atual marcado pela retórica das constituições multiculturais, pode ser depreendido do Indigenismo Militar aplicado nesses países a ressignificação dos povos indígenas como "minorias étnicas", o que contribui para a percepção de que os indígenas são populações cultural e tecnologicamente inferiores a quem caberão ações protecionistas e desenvolvimentistas.

O "Indigenismo Arqueológico" se origina do poder estético e político do império inca que empresta os Andes como paisagem-nação aos países da região. Apesar de países como Peru e Bolívia contarem com povos indígenas habitantes de regiões de floresta, e apesar de países como Chile, Equador e Colômbia contarem com grande parte da cadeia dos Andes em seus territórios, a maciça presença de quechuas e aymarás na composição das populações nacionais do Peru e da Bolívia legou a esses países a imagem de nações andinas, onde o índio campesino ocupa um lugar central em detrimento das demais populações não-crioulas (inclusive as populações negras e afro-descendentes, entre outros grupos identitários).

Nesses termos, o "Indigenismo Arqueológico" talvez pudesse ser melhor definido como um "Incaismo" ao qual se deve indagar até que ponto a predominância do índio andino como imagem-nação não pode culminar na consolidação dessa representação como identidade legitimadora sobre outras identidades étnicas. Entretanto, o traço distintivo do "Indigenismo Arqueológico" em relação aos demais é a crença de que o "índio", enquanto coletividade sócio-cultural distinta da sociedade nacional, já não seria uma realidade presente sendo substituído pela imagem do camponês ou trabalhador braçal mestiço e ladino. Os "índios", por assim dizer, teriam sido nacionalizados a partir de categorias laborais (camponês, mineiro, cocaleiro etc.) de tal modo que as culturas indígenas seriam apenas a cultura arqueológica dos antigos índios. As práticas e iniciativas estatais com relação aos indígenas seriam, portanto, de resgate e incorporação

de símbolos dessa cultura indígena à moderna concepção de nação.

No contexto multicultural atual, o Indigenismo no Peru, Equador, Bolívia e Colômbia seria antes uma expressão dos movimentos de trabalhadores indígenas e misturados nesses países com vistas à consolidação de um projeto etnopolítico distinto daqueles impostos secularmente do que um conjunto de práticas e políticas oficiais destinadas aos índios na qualidade de coletividades diferenciadas e minoritárias.

De qualquer modo, seja como "Indigenismo Arqueológico" seja como "Movimento Etnopolítico", o Indigenismo no Peru e Bolívia, por exemplo, não pode ser adequadamente compreendido sem se considerar a força do "Incaísmo" para a representação do "índio" como imagem-nação.

Finalmente, para completar esse rápido roteiro por alguns indigenismos latino-americanos, cabe descrever as características do Indigenismo Educacional, desta vez, valendo-me do que já foi apresentado sobre os demais indigenismos.

Penso que o Indigenismo Educacional pode ser melhor apreendido das ações estatais com relação aos índios no México após a Revolução Mexicana de 1910.

Diferente da tradição sertanista e militarista do Indigenismo Militar, e da tradição incaista e trabalhista do Indigenismo Arqueológico, ainda que guardando semelhanças pontuais com ambas, o Indigenismo Educacional mexicano consiste na transformação dirigida das comunidades locais indígenas em um "povo mexicano" uno, mestiço e indivisível. A educação é percebida aí como um empreendimento civilizador que visava a castelhanização e a inculcação de valores nacionais entre comunidades ou pueblos percebidos como distintos da cultura nacional e do grau de civilização almejado.

Se utilizarmos as características dos dois indigenismos mencionados para pensarmos o lugar do "índio" como imagem-nação no México, notaremos a tentativa de articulação, na cena mexicana, de duas condições impostas aos indígenas como

"sociedades sem Estado" de um lado, e do "índio arqueológico", de outro. Quer dizer, o lugar do "índio" como imagem-nação no México poderia ser compreendido como estando a meio caminho de sua total exclusão da vida política da sociedade nacional, como ocorre no Indigenismo Militar, e sua total assimilação política na sociedade nacional como ocorre no Indigenismo Arqueológico, a ponto do incaísmo poder ser idealizado como uma identidade nacional possível.

A vinculação, na prática, desses dois extremos, tende a promover uma crise entre a sub-valorização dos indígenas reais dos *pueblos* e *haciendas* na condição de "índios" atrasados a serem nacionalizados, e a super-valorização do "índio" imaginário das culturas arqueológicas no panteão dos símbolos nacionais.

O indigenismo Educacional transmite assim a mensagem de transitoriedade das culturas e identidades indígenas cuja salvação ou redenção estaria na consolidação da nação. Talvez, o México seja o único país onde seja sociologicamente pertinente empregar o termo "índios mexicanos" (leia-se indígenas mexicanizados) e esse seria um efeito diretamente atribuído ao Indigenismo Educacional enquanto mecanismo de construção nacional.

Entretanto, no México, como em outros países, movimentos e organizações indígenas, têm se antagonizado com os projetos estatais de fundo integracionista. Em larga medida, o cenário atual de constitucionalismo multicultural é resultado do protagonismo político de lideranças indígenas na cena nacional e internacional. A cultura institucional que cada tradição indigenista engendra para si e para os povos indígenas tem representado um obstáculo de difícil transposição para que possamos apreender os modos como os próprios indígenas se representam, independente dos estereótipos coloniais impostos a eles.

Por essa razão, o Indigenismo Educacional no México, que hoje se reinventa a

partir de práticas e concepções interculturais, encontram inúmeros impedimentos para se concretizar, entre eles a falta de professores indígenas multilíngües, material didático, remuneração adequada, escolas, currículos reconhecidos etc.

Considerações finais

Para que esse exercício de mapeamento de tradições indigenistas não seja lembrado apenas pelo modo rápido e superficial com que foi apresentado, gostaria de arriscar uma interpretação mais abrangente para a função do “índio” como imagem-nação na América Latina.

Se considerarmos, por exemplo, que cada tradição indigenista emprega em seu interior imagens do “índio” presentes em outras tradições indigenistas, mesmo que com outras finalidades ou propósitos, notaremos que essas imagens apresentam em cada tradição uma estrutura pendular, na qual o “índio” nunca é percebido e tratado apenas como "selvagem", "força de trabalho" ou "minorias étnicas". As definições de “índio” oscilam entre dois extremos ideológicos que ora os definem como nacionais (índio-força de trabalho e índio-arqueológico), ora os definem como anti-nacionais (índio-selvagem), sendo o ponto médio um lugar sub-nacional (índios-minorias étnicas).

Isso quer dizer que cada definição do “índio” na imaginação nacional não é sucedida pelas demais. A imagem de "selvagem" não é substituída pela do “índio” como "força de trabalho" ou pela do "índio arqueológico", que tampouco é superada pela definição dos índios como "minorias étnicas". Essas definições se justapõem enquanto imagens-nação e cada uma delas acarretam usos estéticos e ideológicos e práticas indigenistas particulares no processo de construção nacional e formação dos Estados latino-americanos.

A partir desse rápido esboço podemos dizer que o reconhecimento do “índio” e de suas culturas na imagem-nação da América Latina ainda tem se prestado mais para a

representação da nação como oposta aos povos indígenas do que a reconhecê-los como co-cidadãos na fabricação do tecido social desses países.

Bibliografia

BARTOLOMÉ, Miguel & ROBINSON, Scott. "Indigenismo, dialética e consciência étnica". In: JUNQUEIRA, Carmen & CARVALHO, Edgard (orgs.). Antropologia e Indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortez, 1981.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenism: Ethnic Politics in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

WOORTMANN, Klaas. O selvagem e a história – Primeira Parte: Os Antigos e os Medievais. Série Antropologia nº 227. Brasília: DAN/UnB, 1997, 56 p.